

Edifício da Caixa

O edifício sede da Segurança Social de Viseu - uma torre da 16 andares sita na Avenida Dr. António José de Almeida, a uma centena de metros da Praça da República e dos Paços do Concelho, constitui um elemento visual que muitos consideram dissonante na cidade, perturbando a sua histórica silhueta.

Fazia parte de um conjunto urbano, e arquitectónico, começado a projectar em 1969, abrangendo todo o quarteirão em que se insere e previa, em torno de uma praça central, vários prédios baixos, com habitação, comércio, escritórios e ainda um cine-teatro.

Sucessivas alterações ao programe inicial levaram a que o inicio da obra (da torre) se concretizasse apenas em 1979, concluindo-se em 1983.

Quanto ao restante, nada mais foi feito, deixando esta zona central e valiosa da cidade com uma desagradável cicatriz até hoje (2011).

É interessante saber que o Arquitecto autor do projecto: - Luís Amoroso Lopes (1913-1995) - estava ligado à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais desde 1937 e foi Director da Secção do Centro do País desde 1970 a 1963.

Além de inúmeros inventários, projectos e intervenções em toda a região, foi ele que conduziu, em Viseu, os estudos e obras de reabilitação do Centro Histórico.

Ao projectar este conjunto, num estilo arquitectónico que se designou por "Moderno Internacional" - de que a torre, em betão, alumínio e vidro, é um exemplo de boa qualidade - havia, pois, a intenção expressa de remodelar o Centro Cívico de Viseu que, nos fins do século XIX, inícios de XX, se transferira da envolvente da Sé para o "Rossio de Maçorim", depois Praça da República.

O contraste com o antigo fazia, portanto, parte da estratégia político-arquitectónica de modernização da cidade, na época, concentrando aqui serviços essenciais, comércio, escritórios, lazer e habitação.

A indecisão, indefinição, adiamentos e, finalmente, abandono do projecto, deixaram a torre sozinha, vulnerável e contestada.

E o crescimento da cidade, deixado à iniciativa dos privados, fez-se para outros locais, como Marzovelos, mas sem originar o aparecimento de um novo Centro Cívico.

Quanto à opção por edifícios em altura que se tornem "ícones" ou símbolos do riqueza, prosperidade, inovação ou poder das cidades, parece ter cada vez mais adeptos, vindo os exemplos mais gritantes dos países novos-ricos, como a China, os Emiratos Árabes, Malásia, Singapura e, claro, dos criadores do estilo, os Estados Unidos da América.

Mas mesmo grandes capitais como Londres ou Paris não são imunes a esta tendência a que, naturalmente, estão também ligados grandes negócios imobiliários. (Por vezes desculpados com a escassez de terrenos...)

Em Viseu, até esta data, apenas surgiram dois edificios rompendo francamente a tradição das cérceas baixas: - a Torre da Segurança Social, e o Hotel Montebelo, muito mais recente.

No caso deste último, que se situa a uma distância considerável do Centro Histórico, não surgiram contestações.

Quanto ao edifício da Segurança Social, cujo volume é, realmente, bastante presente quando a cidade é vista do quadrante nascente / norte, houve sempre contestação, mas as coisas podem mudar...

Os princípios que nortearam as questões da salvaguarda dos sítios históricos e monumentais tem evoluído ao longo do tempo, e em especial no século passado, desde o tempo em que se estabeleciam zonas de protecção apenas para os monumentos isolados, evoluiu-se para um conceito de protecção mais alargado aos conjuntos envolventes dessa património, e que constituem o seu enquadramento histórico, por vezes mesmo a sua razão de ser. Uns não fazem sentido sem os outros.

É dentro desta nova visão do problema que surgem várias vozes a propor que se deite abaixo a Torre que desafia a escala e a arquitectura tradicional de Viseu ou, pelo menos, que se lhe retirem alguns andares por forma a que não seja tão visível.

Situações idênticas têm surgido noutras cidades do país como, por exemplo, no caso de um grande prédio de habitação numa cidade do Minho, Viana do Castelo.

Pode apontar-se a diferença de este ser uma obra particular enquanto que, em Viseu, a torre surgiu por iniciativa do Estado. Que devia, em princípio, ter uma visão mais cuidadosa dos problemas.

E, já que é o Estado o culpado, espera-se que seja ele a dar um bom exemplo...

Colhi mais algumas informações junto de um colega arquitecto que trabalhando na Câmara Municipal de Viseu foi testemunha e interveniente de várias vicissitudes deste caso.

Como já lá vão tantos anos desde o início dos estudos, certos factos relatados assumiram, parece-me, uma feição de fenda. Diz-se, por exemplo, que o próprio Dr. Salazar, terá vindo expressamente a Viseu para ver o projecto, de que não gostou, e mandou retirar três pisos ao estudo inicial da torre A.

Ora se o estudo é de 1968/69, e Salazar morreu em 1970, mas já estava incapacitado há algum tempo, talvez esta afirmação seja pouco credível.

Depois dos vários acertos do programa de conjunto, o espaço mais ou menos triangular do terreno ficou dividido em três "fatias". No Complexo A, como já sabemos, estava a Torre da Segurança Social (na altura chamava-se 'da Caixa de Previdência'). No Complexo B, que tem frente para a Av. Dr. António José de Almeida, ficariam um cine-teatro, com 1.200 lugares; dois pisos de estacionamento subterrâneo e, por cima, um hotel. No Complexo C, com frente para a Rua 21 de Janeiro, estava previsto um tribunal.

No centro do lote, já o dissemos, havia uma praça pública.

Dada a ocupação diferenciada que era prevista, as três fatias de terreno tinham donos diferentes: - a do Complexo A era da Segurança Social; a do Complexo B da Câmara, e a do Complexo C, do Ministério da Justiça.

Por aqui se pode já depreender a dificuldade que surgiria para harmonizar os projectos que cada um queria construir - e conseguir-se um todo homogéneo.

Nos anos 80/81 - era Presidente da Câmara Municipal o Eng. Amorim (CDS) - foi lançado um concurso para o complexo B, a que concorreram vários construtores, como a Soares da Costa, a Tevisil e a empresa do Sr. Atilio, actual presidente da Câmara do Carregal do Sal.

Mas o Eng. Amorim foi derrotado pelo Eng. Vidal (PSD) que viria a ser substituído pelo Eng. Pimentel que, por sua vez, foi substituído pelo Sr. Caessa, e este também o seria, ainda, por outro senhor cujo nome não pude apurar.

Quatro presidentes num único mandato de quatro anos não é uma situação que permita tomar grandes decisões.

Seguiu-se-lhes o Eng. Carrilho (CDS), e foi lançado novo concurso para este espaço. Desta vez um concurso de concepção/construção. Participaram alguns arquitectos conhecidos, como Olga Quintanilha, que seria presidente da Ordem dos Arquitectos e quem ganhou foi o Arq. Nuno Lacerda. Contudo, nada de concreto saiu desta iniciativa, e consta até que o projecto não foi pago... Veio finalmente o Dr. Fernando Ruas (PSD) e voltou a falar-se do problema. Quando das intervenções do Programa Polis na cidade, esta empresa sugeriu (à semelhança do que se propunha para Viana do Castelo) o corte de algum andares na torre da Caixa, e a criação de um quarteirão. Esta ideia não vingou e, mais recentemente, foi lançado novo concurso, desta vez envolvendo a concessão do que será construído. Um consórcio (João Pinto e Irmãos Ferreira e Sousa) ganhou-o, com um projecto do Arquitecto José Esteves.

Esta é a situação em que as coisas se encontram, mas ainda nada avançou. A ferida continua por sarar.

Se tivermos em conta que o início dos estudos teve lugar em 1968, são pois passados 43 anos, e compreendem-se melhor as críticas que se ouvem contra as entidades responsáveis. A Câmara é quem ouve as mais duras, em especial por não ter tido a força suficiente para reaver os terrenos que cedera às outras entidades, e poder gerir, depois, à vontade, o destino a dar ao local. Pessoalmente, não creio que se vá passar nada quanto à torre da Segurança Social. Em especial agora, com a crise financeira e as dificuldades que o Estado enfrenta em áreas que lhe devem dar muito mais dores de cabeça. Entretanto, esta situação dá lugar a conversas e polémicas, o que não deixa de ser saudável.

E também, uma vez que existe entre nós um Curso de Arquitectura na Universidade Católica, o tema serve para exercício escolar, o que tem as suas vantagens. Se só houvesse bons exemplos era mais difícil explicar aos alunos o que se deve e o que não se deve fazer.

E como tanta gente fala do caso, vou aproveitar esta oportunidade e, sem muita vergonha, dizer também a minha opinião.

Em primeiro lugar lamentar que o estudo inicial não tenha sido concretizado, e que se arrastem por décadas as decisões/indecisões quanto aos projectos - um fado infelizmente comum e tão doloroso para os Arquitectos (e não só, claro!).

Depois, desejar que aquela cicatriz seja suprimida brevemente na cidade, pois o local pede outra ocupação mais digna que um simples estacionamento de automóveis, como agora (e há pouco tempo) existe.

O Centro Cívico que era pretendido vitalizar nesta zona da cidade não morreu, felizmente, pois tinha razão de ser e já existiam serviços e outras actividades que chamavam as pessoas até aqui. Funciona ainda e menos mal.

Tinha a Câmara, os Bancos, o Correio, o Tribunal, Hotéis e pensões, o mercado velho, o Clube Viseu, o comércio tradicional.

Foi reforçado com a Central de camionagem, o novo mercado, o Fórum Viseu, tudo a pouca distância, assim como a Feira de S. Mateus, que não é muito longe, se pensarmos bem, e todos contribuem para dar vida a esta zona central da cidade.

Se eu mandasse...

Se eu mandasse, então, traria para o quarteirão vago em volta da Torre da Segurança Social todas as dependências da Loja do Cidadão.

De vez em quando fala-se em traze-la para o Centro Histórico, mas isso não tem cabimento. E um serviço que adquiriu uma grande dimensão e importância junto do público e, portanto, implica um grande movimento de acesso de pessoas e de viaturas. Não há, no Centro Histórico, nenhum edifício adaptável a esse serviço, nem nenhum local com acessos e estacionamento compatíveis. Nenhum.

Enquanto que aqui, deixando o piso térreo com o estacionamento existente (ou criando até mais lugares em cave) podia fazer-se a ocupação com a Loja do Cidadão em todo um único piso elevado - mas com acessos de nível para os peões pelas ruas 21 de Agosto e Dr. António José de Almeida.

Um estudo volumétrico cuidadoso diria quantos pisos poderiam ainda construir-se acima deste, para afofar outros escritórios ou serviços, sem pesar sobre a envolvente.

É isto, pois, que eu proponho. E nem levo nada pela ideia.

Boa tarde e muito obrigado pela atenção.